

Discutindo a relação entre a mídia e a Sociedade Civil em Gramsci¹

Jorge Almeida²

O objetivo deste artigo é discutir a relação entre a mídia e a Sociedade Civil em Gramsci. Ele é uma primeira exposição de uma pesquisa mais ampla que estamos desenvolvendo que tem como objeto o estudo teórico sobre as questões da chamada “Imprensa” e da “Opinião Pública” na obra do pensador italiano Antonio Gramsci. Estas questões serão estudadas de modo articulado com outros elementos e conceitos, relacionados a elas, presentes na obra gramsciana, especialmente os de Hegemonia, Bloco Histórico, Sociedade Civil, Sociedade Política e Estrutura Econômica.

Por outro lado, procuraremos investigar como outros autores e intérpretes da obra gramsciana entendem estas questões. E, enfim, relacionar e verificar a possível validade e atualidade das concepções de Gramsci sobre os conceitos que serão objeto central de nosso estudo (imprensa e opinião pública) no seu tempo e no mundo contemporâneo.

Entendemos o conceito de hegemonia como referência teórica básica para a compreensão da política e das relações sociais no mundo contemporâneo, mas isto não pode significar a aceitação acrítica e descontextualizada de sua obra. Nossa hipótese, aqui, é a de que a mídia contemporânea não se encaixa na articulação do Bloco Histórico da mesma forma que na época e da mesma maneira pensada por Gramsci.

Trabalharemos com o estudo dos onze volumes da edição brasileira das obras completas de Gramsci, organizada por Carlos Nelson Coutinho e publicada pela editora Civilização Brasileira; da leitura de intérpretes e comentaristas; e de outros estudos sobre a questão da mídia moderna e da questão da opinião pública

¹ Apresentado no GT 5, Comunicação e Sociedade Civil, do III Compolítica, PUC-SP, São Paulo, dezembro de 2009.

² Professor do Departamento de Ciência Política e do PPG de Ciências Sociais da FFCH – UFBA. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Membro do Grupo de Pesquisa Processos de Hegemonia e Contra-Hegemonia

e procederemos a uma sistematização crítica da obra assim como uma análise sobre sua atualidade, limites e superações. No seu todo, esta coleção envolve as escritos políticos pré-carcerários, os Cadernos do Cárcere e as Cartas do Cárcere. Neste texto ainda estamos nos reportando apenas ao conteúdo dos “Cadernos”

Para Gramsci, a hegemonia é uma combinação de direção moral, política e intelectual com dominação. É uma supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classe. Esta pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifestar de forma passiva, por meio de um apoio disperso ao grupo dirigente/dominante. Este autor afirma ainda que a hegemonia se constrói a partir da sociedade civil e suas diversas instituições, mas tem no Estado um instrumento indispensável para a sua realização, consolidação e reprodução (GRAMSCI, 2000). Além disso, a hegemonia sempre terá certo grau de instabilidade, pois pressupõe a existência de forças contrárias, que de algum modo resistem a esta hegemonia, apresentando ou podendo propor projetos alternativos parciais ou globais. Indissolúvelmente ligado ao conceito de hegemonia está, em Gramsci, o conceito de Bloco Histórico. Ou seja, uma articulação hegemônica, ligada à estrutura e à superestrutura da sociedade, que se baseia na cultura, mas que precisa se renovar a cada conjuntura. Que se constrói a partir de uma aliança de classes e frações de classe, mas que só se efetiva a partir da conquista do poder de Estado, momento em que se concretiza a hegemonia como combinação de direção e dominação:

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém

fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente' (GRAMSCI, 2002, vol 5, p. 62).

Assim como em Marx, Gramsci entende o aparelho de Estado (Sociedade Política) como uma organização de classe, que garante e expressa os interesses da classe economicamente dominante e tem a função especial de coerção de classe.

No Manifesto Comunista (Marx e Engels, 1998) está presente uma forma de dominação mais direta, na qual o estado é definido como um comitê para gerir negócios da burguesia, onde a própria classe dominante na economia exerce a sua dominação. Já no "18 Brumário de Luis Bonaparte" (Marx, 1971), surge a idéia de autonomia relativa do estado: em certas circunstâncias de crise social e política, a burguesia pode abrir mão da direção direta do estado, mas o estado continua agindo a seu serviço.

Assim, para Gramsci,

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais", isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2000, vol 3, p. 41 e 42).

Neste sentido, para garantir seus interesses gerais e receber apoio ativo ou passivo de grupos subalternos, ou seja, para ser hegemônica, a classe economicamente dominante pode e deve fazer concessões econômicas, porém

não nos seus elementos essenciais, não naquilo que Gramsci ressalta como sendo “núcleo decisivo da atividade econômica”.

A hegemonia se faz, assim, como combinação de coerção e consenso. E o consenso se constrói através de concessões econômicas secundárias e do convencimento político e ideológico. A mídia tem, neste sentido, um papel notável neste esforço permanente e cotidiano de convencimento. E não somente em relação a questões particulares e conjunturais, mas especialmente de construir esta representação social do estado, não como sendo um organismo classista, mas como expressão de “todas as energias nacionais”.

Dito de outra maneira, ainda nas palavras de Gramsci:

que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, vol 3 p. 48).

Entretanto, os conceitos mais específicos que pretendemos discutir aqui estão mais ligados à questão da “direção” política intelectual e, deste modo, mais relacionados com a sociedade civil do que com o Estado e a estrutura econômica da sociedade.

Por outro lado, da base econômica e da superestrutura estatal, Gramsci identifica um outro “grande plano superestrutural”, que é a Sociedade Civil:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e

conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, 2006, vol 2, p. 20 e 21).

Compreender estas questões aqui ressaltadas na obra gramsciana é fundamental para entender o conceito de Bloco Histórico, que logo veremos, e o questionamento que fazemos à maneira como Gramsci situava a imprensa na Sociedade Civil e como a podemos situar hoje, também diante da base econômica.

Seguindo sua citação, vemos como em seu conceito ampliado de “intelectual” e como estes articulam as esferas, ou “planos” estrutural (base econômica) e superestruturais (Estado/Sociedade Política e Sociedade Civil), para o exercício da hegemonia. Enfim, os intelectuais cumprem

funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2006, vol 2, p. 21).

Dito isto, podemos entender o que Gramsci quer dizer quando conceitua Bloco Histórico como sendo a “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2000, vol 3, p. 26).

Bloco Histórico é, portanto, um bloco social e político controlador da estrutura econômica, dominante no Estado e dirigente na sociedade civil. Por

outro lado, a estrutura e a sociedade civil também estarão se submetendo, de algum modo, em maior ou menor grau, às instituições e leis do Estado. Neste sentido, entendido como superestrutura jurídica, o Estado “ampliado” abarca e regula a sociedade civil. Os intelectuais cumprem um papel fundamental. Para garantir a racionalidade e dar sentido unitário a esta relação tencionada entre forças e interesses presentes na base econômica, no Estado e na sociedade civil.

Finalmente, Gramsci acrescenta ainda que “entre o consenso e a força” apresenta-se também a corrupção e a fraude, quando a hegemonia não consegue ser exercida plenamente através do equilíbrio entre consenso e força e o uso excessivo da força possa trazer perigo para o grupo dirigente-dominante.

Gramsci dava uma grande importância à imprensa, como um destacado instrumento da sociedade civil, na disputa de idéias, na direção moral e intelectual e na orientação para as disputas concretas existentes na sociedade. Não por acaso, ele era jornalista e dedicou grande parte de sua vida de militante político socialista (antes de ser preso pela ditadura fascista encabeçada por Mussolini) ao jornalismo. A importância que dava à imprensa se comprova quando ele abandona os estudos universitários (de lingüística) para exercer esta atividade.

Ele entende que existem três organizações culturais “propriamente ditas”: a igreja, a escola e a imprensa. Imprensa tem aqui um sentido amplo, envolvendo editoras e meios áudios-visuais e até mesmo a arquitetura e os nomes de ruas. Portanto, abrangendo amplamente a questão da ideologia, incluindo livros e revistas científicas, políticas e literárias tanto para a elite como para a vulgarização popular. Já os meios áudios-visuais, como rádio, teatro e cinema, têm uma característica especial, pois permitem uma difusão ideológica com mais rapidez, maior raio de ação e efeito emotivo do que imprensa escrita. Porém, com menor poder de aprofundamento das questões.

Falando sobre a história da ‘opinião pública’, Gramsci diz que

naturalmente, os elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo na satrapias asiáticas. Mas a opinião pública como a entendemos hoje, surgiu às vésperas da queda do Estado absoluto, isto é, no período de luta

da nova classe burguesa por hegemonia política e conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante. Essa é a razão pela qual existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo a que uma única força modele a opinião e desse modo a vontade política nacional, dispersando os desacordos numa poeira individual e desorganizada.

A opinião pública, assim, é construída em ação combinada entre estado e sociedade civil, pois o estado precisa construir um clima de opinião na sociedade favorável a suas ações, especialmente quando as ações não vão ao encontro dos interesses populares. Para isto, os meios de comunicação são indispensáveis, pois

“O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 2000, vol 3, p 95).

Assim, o estado ampliado,

“quando quer dar início a uma ação pouco popular, cria previamente a opinião pública adequada, isto é, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”.

Por outro lado, no caso dos regimes ditatoriais, o estado (no sentido restrito, de sociedade política, coercitiva) apodera-se diretamente, sem intermediários de organismos privados de modelação da ‘opinião pública’. Mas em circunstâncias especiais, é a imprensa que pode ocupar um espaço político dirigente, assumindo a função de partido.

Entretanto, se a hegemonia se realiza numa ação convergente entre estado e sociedade civil, ela também é exercida na base econômica da sociedade, pois

“o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deva levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.

Mas, a imprensa de sua época não era a mesma nem tinha o mesmo significado e peso cultural, político e, muito menos, econômico que tem a mídia no mundo contemporâneo.

Gramsci separou, metodologicamente, a sociedade civil da economia (mesmo continuando a tratá-las numa relação dialética). A economia foi tratada como estrutura e a sociedade civil como superestrutura. Este autor colocava a imprensa no âmbito da sociedade civil, portanto, como superestrutura.

De modo geral, Gramsci não relaciona a “imprensa” à base econômica da sociedade, muito menos aos seus “núcleos decisivos”. Esta questão, está frequentemente relacionada, isto sim, àquelas funções precípuas da sociedade civil, ligadas à formação de opinião e à disputa de direção política, moral, ideológica, cultural e intelectual.

Como vimos, este autor identifica três “organizações culturais propriamente ditas

Que são a igreja, a escola e a imprensa. Esta última, que é vista dentro de um campo mais amplo que ele chama de “Imprensa e edição”, é considerada a mais dinâmica da sociedade civil. Afirmando que “As editoras têm um programa implícito ou explícito e se vinculam a uma corrente determinada”, diz que

abrangem totalmente o domínio da ideologia: livros e revistas científicas, políticas, literárias, em vários níveis: para a elite e para a vulgarização popular.

Ele, mesmo que ainda secundariamente, também começa a tratar dos meios não impressos, seja o teatro, seja as novas tecnologias revolucionárias para o seu tempo, de tipo áudio-visuais, como o rádio e o cinema, que são vistos como meios “de difusão ideológica que possui rapidez, raio de ação e impacto emotivo mais vastos que a comunicação escrita (livros e jornais), mas superficialmente e não em profundidade”. E inclui nesta vasto campo da “imprensa e edição” até a arquitetura e os nomes de ruas.

Já a chamada “opinião pública”, que não parece merecer uma maior preocupação de questionamento teórico, mesmo que às vezes ela a coloque entre aspas, também é vista como relacionada à sociedade civil. Mas sua construção é elaborada numa combinação de ações entre o estado e a sociedade, e também sem excluir o binômio “consenso e força”: “O Estado, quando quer dar início a uma ação pouco popular, cria previamente a opinião pública adequada, isto é, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”. Portanto, a “opinião pública” parece ser relação entre governo e sociedade civil para construir consensos.

Por outro lado, na sociedade civil, são principalmente “a imprensa marrom e o rádio (onde ela é mais difundida)” que cumprem a tarefa, de criar “explosões de pânico ou entusiasmo fictícios que permitem alcançar determinados objetivos, nas eleições, por exemplo”.

Nas campanhas eleitorais, a classe dominante busca a “predominância ideológica (ou melhor, emotiva) em determinado dia, para obter uma maioria que dominará por três, quatro ou mesmo cinco anos, se, passada a emoção, a massa eleitoral separar-se de sua expressão legal (país legal não equivale ao país real)”.

No caso do monopólio da comunicação, em regimes ditatoriais, o estado (restrito) apodera-se diretamente, sem intermediários de organismos privados de modelação da opinião pública.

No caso, inclusive, formando “serviços públicos intelectuais”, especialmente na educação. Esta questão aparece ainda dentro de uma discussão vinculada a um processo mais amplo de estatização da sociedade civil, e de composição do “estado ampliado”, que tem a ver com o contexto que ele vive. Finalmente, os órgãos de imprensa também cumprem uma função de partido, especialmente em situações de crise orgânica dos partidos políticos.

Mas, a mídia de hoje está longe de ser a imprensa das décadas de 20 e 30 na Itália. Se aquela era uma imprensa (mesmo em grande parte com fins comerciais, portanto de mercado) mais vinculada à sociedade civil, como superestrutura, e tinha uma função marcadamente de interferir no processo político e cultural da sociedade, hoje a mídia é também marcadamente estrutura econômica e tem um forte papel estruturante da política e da sociabilidade contemporânea. Porém, é mais do que isso: é um setor de ponta (núcleo decisivo, para usar um termo gramsciano) da própria atividade econômica.

Todo este setor hoje existente, fruto da convergência tecnológica e fusão de capitais, como mostram vários autores como McChesney (2004), dificilmente pode ser compreendido se o considerarmos como sociedade civil “em geral”. Na nossa realidade contemporânea, a mídia é, do ponto de vista econômico, acima de tudo, capital privado – mesmo existindo uma parcela minoritária que é estatal ou de organizações da sociedade civil. Porém, a grande mídia talvez esteja mais próxima de ser um aparelho privado de hegemonia muito especial – que, além de ter um papel configurante e superestrutural, de direção política, moral e cultural, na batalha das idéias, também está na estrutura e tem uma função estruturante (e de hegemonia econômica).

Nossa hipótese, aqui, é a de que a mídia contemporânea não se encaixa na articulação do Bloco Histórico da mesma forma que na época e da maneira pensada por Gramsci. Antes mais superestrutural, e agora numa situação “especial”, pois ao mesmo tempo que passa a ter uma expressão superestrutural ainda maior, transformou-se num setor de ponta da estrutura econômica. Ou seja, muito mais comprometida e “dependente” dos movimentos do grande capital, pois

faz parte do núcleo central da economia. E, deste modo, também mais diretamente dependente das decisões políticas e regulatórias do estado.

Academicamente, esta pesquisa se justifica por procurar enfrentar de modo inovador estas questões na obra de Gramsci, na medida em que visamos não somente entender como ela se manifesta na sua produção, mas também a sua atualidade, partindo da hipótese de que as transformações econômicas e tecnológicas vividas pelo capitalismo posteriormente ao contexto dos seus escritos, não permitem situar a mídia contemporânea na sociedade civil na mesma maneira como aquele autor fazia.

Tratando-se de uma pesquisa teórica, ela se faz estudando a obra gramsciana, especialmente os termos e idéias ligados à “imprensa”, relacionando-os com os outros conceitos fundamentais do autor, e procurando analisar a vitalidade e a atualidade da maneira como ele a entendeu e situou, particularmente no que designou como sendo sociedade civil.

Referências Bibliográficas

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000 (6 volumes).

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: ALMEIDA, Jorge e CANCELLI, Vitoria, (orgs.), *150 anos de Manifesto Comunista*. São Paulo, Xamã, 1998.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Coimbra, Gráfica Coimbra, 1971.
MCCHESENEY, Robert. “Mídia global, neoliberalismo e imperialismo”. In: Dênis de Moraes (org.), *Por uma outra comunicação*, Rio de Janeiro / São Paulo, Editora Record, 2004.